



EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2022
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2023 E
NO CURSO DE FORMAÇÃO DE CAPELÃES MILITARES/2023

012. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: MAGISTÉRIO EM HISTÓRIA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Nossa relação com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados que recebemos na primeira infância. Nós também fomos, no início, dependentes, desamparados e estávamos nas mãos de uma figura prestativa e generosa, mas que tinha todo poder sobre nós. Nossa capacidade de sentir piedade vem daí. A irresistível combinação de piedade, simpatia e acolhimento que a imagem de um animal *fofinho* desperta em nós, também. Contudo, esse é um amor de baixa qualidade e de grande aptidão à dispersão quando falamos em um projeto de longo prazo. Animais de estimação são como filhos. Mas filhos que não crescem, não resistem para ir à escola, não reclamam por autonomias adolescentes nem vão embora para a faculdade e se casam, deixando-nos para trás.

Com os animais de estimação cada um revive a forma de amar e ser amado que Freud descreveu como narcisismo. Nele, confunde-se o amar o outro e o amar-se a si mesmo através do outro. E muitas vezes essa confusão se infiltra e atrapalha decisivamente a vida dos casais. Quando alguém declara que ama os cães a ponto de ter dois ou sete deles em casa, isso não representa nenhuma contradição com o ato de maltratá-los. Tudo depende da qualidade do laço que se estabelece nesse amor.

Quando amamos nossos cães, nossos filhos ou nossas mulheres *como a nós mesmos*, podemos chegar a maltratá-los da pior maneira. Daí a importância de amar o outro conferindo algum espaço para o fato de que ele é um estranho, alguém diferente de mim. O amor não é garantia nem de si mesmo nem do desejo que ele deve habilitar. Isso vai aparecer na relação com os animais, como uma espécie de raio x das nossas formas de amar. Quem trata seus animais como uma parte de si mesmo, humanizando-os realmente como filhos, chamando-os de nenês, por exemplo, pode estar indicando uma forma mais simples e narcísica de amar.

(Christian Dunker, *Reinvenção da intimidade – políticas do sofrimento cotidiano*. Adaptado)

01. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) aqueles que conseguem amar pessoas diferentes de si apresentam maior capacidade de empatia e afeição.
- (B) é mais simples amar pessoas do que animais de estimação, pois estes podem ser muito agressivos.
- (C) quando tratamos os animais de estimação como se fossem crianças, tendemos a cuidar melhor deles.
- (D) o modo como alguém se relaciona com seus animais de estimação pode revelar o modo como ama as pessoas.
- (E) diferentemente do amor que nutrimos por animais de estimação, o amor pelos filhos tende a ser narcisista.

02. Assinale a alternativa cujo trecho reescrito está de acordo com a norma-padrão de pontuação e crase.

- (A) E, muitas vezes, essa confusão se infiltra e causa prejuízos à vida dos casais.
- (B) Nossa relação, com os animais repete, de maneira invertida, os cuidados ofertados à nós...
- (C) Contudo, esse é um amor, de baixa qualidade e de grande aptidão à se dispersar...
- (D) Daí a importância de amar, o outro, dando à ele, algum espaço, para à realidade de ser um estranho...
- (E) Em relação à animais de estimação, cada um, revive a forma de amar e ser amado...

03. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- (A) Existe entre as pessoas laços de afeto de diferentes qualidades.
- (B) Confundem-se, no narcisismo, o amar o outro e o amar-se a si mesmo.
- (C) Com os animais de estimação, uma forma de amar e ser amado são revividas.
- (D) É comum haverem animais tratados pelas pessoas como seres humanos.
- (E) Uma figura prestativa e generosa cuidaram de nós no início da vida.

Leia o texto para responder às questões de números **04** a **06**.

Estamos sempre em contato com nossos sentimentos, mas a parte complicada é que nossas emoções e nossos sentimentos não são a mesma coisa. Tendemos a confundi-los, mas sentimentos são estados subjetivos internos que, falando em sentido estrito, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem. Conheço meus sentimentos, mas não conheço os seus, exceto pelo que você me conta sobre eles. Nós nos comunicamos sobre nossos sentimentos pela linguagem. Emoções, por outro lado, são estados corporais e mentais – a raiva, o medo, a afeição, bem como a busca de vantagens – que movem o comportamento. Desencadeadas por certos estímulos e acompanhadas de mudanças comportamentais, as emoções são detectáveis externamente na expressão facial, na cor da pele, no timbre da voz, nos gestos, no odor e assim por diante. Somente quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência delas é que elas se tornam sentimentos, que são experiências conscientes. Mostramos nossas emoções, mas falamos sobre nossos sentimentos.

(Frans de Waal, *O último abraço da matriarca: as emoções dos animais e o que elas revelam sobre nós*.)

04. De acordo com o texto, é possível afirmar que

- (A) a intensidade dos sentimentos depende do domínio da linguagem verbal.
- (B) os sentimentos apresentam um caráter menos sutil do que as emoções.
- (C) tanto emoções quanto sentimentos são passíveis de expressão.
- (D) as atitudes de uma pessoa desencadeiam emoções distintas.
- (E) emoções fortes, como raiva e medo, são facilmente verbalizadas.

05. No trecho – Estamos **sempre** em contato com nossos sentimentos... –, a expressão em destaque tem a mesma função sintática do que se destacou em:

- (A) ...quando a pessoa que experimenta essas mudanças toma consciência **delas**...
- (B) ...nossas emoções e nossos sentimentos não são **a mesma coisa**.
- (C) Tendemos a confundi-**los** ...
- (D) ...não conheço **os seus**, exceto pelo que você me conta sobre eles.
- (E) ...falando **em sentido estrito**, são conhecidos apenas por aqueles que os possuem.

06. Assinale a alternativa em que os trechos – Conheço meus sentimentos... – e – ...que movem o comportamento. – foram reescritos de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Conheço-os ... que o movem.
- (B) Conheço-lhes ... que o movem.
- (C) Conheço-os ... que lhe movem.
- (D) Os conheço ... que movem-no.
- (E) Lhes conheço ... que movem-no.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.
Quando fechas o livro, eles alçam voo
como de um alçapão.
Eles não têm pouso
nem porto
alimentam-se um instante em cada par de mãos
e partem.
E olhas, então, essas tuas mãos vazias,
no maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...

(Mario Quintana. *Rua dos Cataventos & outros poemas*)

07. No verso – Os poemas são pássaros que chegam – há

- (A) uma personificação.
- (B) um paradoxo.
- (C) uma metonímia.
- (D) uma metáfora.
- (E) uma ironia.

08. Passando-se as formas verbais em destaque nos versos – no livro que **lê**s / Quando **fechas** o livro, eles alçam voo – para a primeira pessoa do plural, tem-se, respectivamente:

- (A) líamos e fechamos.
- (B) líamos e fecharém.
- (C) lermos e fecharmos.
- (D) lemos e fecham.
- (E) lemos e fechamos.

HISTÓRIA DO BRASIL

09. À medida que se tornava cada vez mais aparente a insuficiência do projeto dos aldeamentos enquanto forma de suprir a força de mão de obra, os colonos passaram a intensificar outros meios de recrutamento de índios para os seus serviços. A partir da década de 1580, a despeito das restrições impostas pela legislação portuguesa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena através de expedições predatórias ao sertão. Realmente, a observância estrita da lei nunca figurou entre as práticas prediletas dos paulistas. [...] a lei de 1570 e legislação subsequente admitiam o cativoiro [...]

(John Manuel Monteiro, *Negros da terra: Índios e bandeirantes das origens de São Paulo*)

A legislação portuguesa admitia o cativoiro do indígena que

- (A) ocupasse regiões fronteiriças com a América espanhola.
- (B) fosse capturado na chamada guerra justa.
- (C) aceitasse integrar uma missão religiosa.
- (D) não conhecesse a língua geral.
- (E) mantivesse a organização baseada em tribos.

10. Um quilombo dirigido por homens livres. Um quilombo com escravidão. Um quilombo agrícola e cuja produção estava integrada ao mercado regional. Que quilombo era esse? Esta é a história – ou uma das histórias possíveis – do quilombo do Oitezeiro, na Bahia de 1806.

(João José Reis, *Escravos e coiteiros no quilombo do Oitezeiro – Bahia, 1806*. Em: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*)

A partir do excerto, acerca dos quilombos no Brasil, segundo o artigo de João José Reis, é correto afirmar que

- (A) as práticas quilombolas, na maioria dos casos, resultaram em um profundo isolamento do resto das atividades econômicas e sociais, gerando nas comunidades de escravizados fugidos uma produção especialmente de subsistência de alimentos e artesanato, além da recorrente necessidade de praticar roubos contra arraiais e vilas.
- (B) o modelo de quilombo com maior presença na América portuguesa e no Brasil Império foi o de Palmares, que reuniu essencialmente escravizados nascidos na África, com forte produção extrativista voltada para o abastecimento de núcleos urbanos e que contava com uma maioria de mulheres.
- (C) o formato quilombo, derivado de organizações de escravizados das colônias francesas da América Central, representou, na maior parte das vezes, a possibilidade de reproduzir os modelos igualitários presentes nas diversas regiões africanas, em especial, aquelas que forneceram pessoas a serem escravizadas.
- (D) há uma visão enganosa do quilombo como um espaço isolado no alto da serra e formado por milhares de escravos fugidos, porém, na maior parte das vezes, os fugidos eram poucos, se estabeleciam próximos a povoações, fazendas e, às vezes, nas imediações de centros urbanos, mantendo relações ora conflituosas, ora amistosas.
- (E) a maior parte das experiências de escravizados fugidos dos seus senhores, e construindo espaços isolados de proteção, ocorreu durante o século XVII em razão da invasão holandesa e, por outro lado, até o fim do sistema escravista, foi rara a organização de quilombos, porque surgiram legislações repressivas.

11. Analise a tabela.

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO NO BRASIL
(1854-1929)

Anos	Região Cafeeira (km)	Brasil (km)
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.173,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1929	18.326,1	32.000,3

(Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Apud José Miguel Arias Neto, *Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização*. Em: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil Republicano v.1 - O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Adaptado)

A partir dos dados, é correto afirmar que

- (A) a expansão ferroviária coincide, do ponto de vista cronológico, com a ampliação das exportações de café, o que comprova que a economia cafeeira dinamizou e simultaneamente foi dinamizada pela melhoria do sistema de transporte.
- (B) o alargamento ferroviário dependeu das políticas públicas presentes a partir da Primeira República, porque durante o Império, a Câmara dos Deputados travou o crescimento das linhas ferroviárias, prejudicando a produção cafeeira.
- (C) a presença do transporte ferroviário teve pequena importância para o desenvolvimento da agroexportação de café, que precisava de portos modernos e adequados para navios de grande porte, como se tornou o de Santos.
- (D) a extensão da malha ferroviária agilizou o transporte de café, ao mesmo tempo em que o alto custo desse meio de transporte fez diminuir o lucro dos cafeicultores, com a consequente queda nos novos investimentos.
- (E) os recursos financeiros que permitiram o forte crescimento da produção cafeeira foram oriundos do lucro das companhias ferroviárias, empresas de capitais majoritariamente estadunidenses e com pequena participação estatal.

12. Em 3 de dezembro de 1870 foi publicado o jornal *A República*, que trazia estampado o “Manifesto republicano brasileiro”, o mesmo que daria base para a fundação de um novo partido em 17 de janeiro de 1872. Formado inicialmente por profissionais liberais ligados a setores urbanos, nomeadamente paulistas, o Partido Republicano organizou seu primeiro congresso em julho de 1873, quando foi reforçado por novos adeptos de fôlego: fazendeiros paulistas que, descontentes com o que consideravam ser uma política intervencionista do Estado, passaram a engrossar as fileiras da oposição à monarquia.

[...]

A cisão do Partido Liberal levou, então, à formação do Partido Republicano Paulista, em 18 de abril de 1873, que se reuniu na hoje famosa Convenção de Itu.

(Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, *Brasil, uma biografia*)

O novo partido

- (A) censurava as iniciativas governamentais de incentivar a imigração para o país e via a necessidade de políticas afirmativas para os alforriados.
- (B) defendia a imediata abolição do sistema escravista e a efetivação da república por meio do impedimento da coroação do herdeiro de dom Pedro II.
- (C) criticava, sobretudo, o centralismo do trono e da administração, e propunha uma reforma pacífica, através da implementação de uma república federativa.
- (D) apoiava a fusão da Câmara dos Deputados e o Senado e a realização de um plebiscito para se decidir sobre a manutenção, ou não, da Monarquia.
- (E) considerava que as leis abolicionistas eram insuficientes para resolver o problema do escravismo e propunha uma radical reforma na legislação eleitoral.

13. Ao analisar a Revolução de 1930, o historiador Boris Fausto considerou que

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Adaptado)

Entre esses outros elementos constitutivos do Estado brasileiro, após 1930, é correto apontar que houve atuação relativa à questão

- (A) cultural, preocupada com a ampliação da liberdade de produção artística, ao mesmo tempo em que a expansão das transmissões radiofônicas foi deliberadamente entravada.
- (B) social, voltada a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, posteriormente, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal.
- (C) educacional, promovendo a universalização da educação primária em todo território nacional, além da proibição de qualquer forma de ensino religioso na escola pública.
- (D) econômica, voltada progressivamente para o objetivo de priorizar a modernização da agricultura de exportação, especialmente do café do Sudeste e do algodão nordestino.
- (E) política, dirigida para o fortalecimento das casas legislativas em todas as instâncias e o gradativo enfraquecimento das prerrogativas do Poder Executivo, principalmente no nível federal.

14. As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, a Justiça Eleitoral ainda não ajustara o processo de recepção e contagem de votos. Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas à presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro [Eduardo Gomes].

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Para Boris Fausto, a vitória eleitoral de Dutra teve relação com a

- (A) inabilidade do PTB, que defendeu durante a campanha eleitoral a extinção do salário mínimo, e ao forte apoio do empresariado paulista.
- (B) força da máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores estaduais e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores.
- (C) capacidade da UDN em mostrar os malefícios causados no país pelo Estado Novo e pela considerável adesão das classes médias urbanas.
- (D) expressiva participação das mulheres no processo eleitoral e na fragilidade dos programas de governo dos demais candidatos.
- (E) decisiva votação recebida em todos os estados do Norte-Nordeste e o importante apoio recebido do Partido Comunista do Brasil.

15. Considere o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) das seguintes regiões metropolitanas:

Região Metropolitana	IDHM 2000	IDHM 2010
Belém	0,621	0,729
Belo Horizonte	0,682	0,729
Curitiba	0,698	0,783
Fortaleza	0,622	0,732
Manaus	0,585	0,720
Rio de Janeiro	0,686	0,771
São Paulo	0,714	0,794

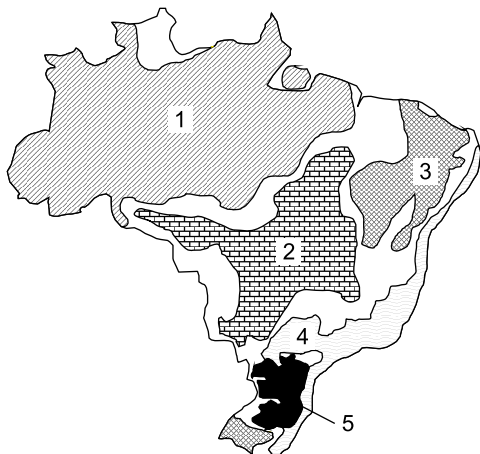
(https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=24037)

O aumento dos índices das regiões metropolitanas entre 2000 e 2010 deveu-se, principalmente,

- (A) ao avanço das políticas demográficas nas áreas de maior adensamento de população.
 - (B) à redução das desigualdades sociais nas áreas urbanas.
 - (C) à expansão do pleno emprego e consequente aumento da renda per capita.
 - (D) ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) refletindo nas metrópoles.
 - (E) à melhoria dos fatores longevidade, educação e renda per capita.
16. Nas últimas décadas tem-se observado um crescente processo de desconcentração industrial no Brasil. Dentre os argumentos utilizados para explicar o processo destaca-se
- (A) a necessidade de reforçar a coesão entre os estados ou regiões.
 - (B) a existência de sólidas estruturas de formação de novas tecnologias.
 - (C) a busca por mão de obra abundante e, predominantemente, barata.
 - (D) a presença de matérias-primas que garanta a diversificação de produtos.
 - (E) a decisão política do governo federal ou dos estados em favorecer a migração.

17. Considere o mapa e os textos para responder à questão.

Brasil: domínios morfoclimáticos



(Ab'Sáber, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.*)

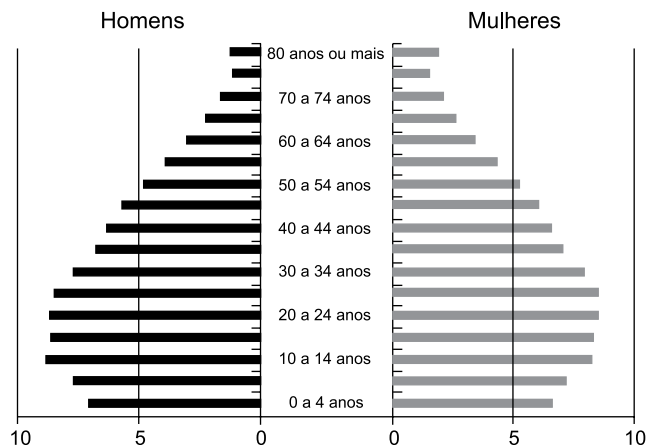
- I. Este domínio tem mostrado ser o meio físico, ecológico e paisagístico mais complexo e difícil em relação às ações antrópicas. É uma área sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos em todo o território brasileiro. Área de mamelonização extensiva, afetando todos os níveis da topografia (de 10-20 m a 1100-1300 m) de altitude.
- II. Este domínio com aproximadamente 400 mil quilômetros quadrados é sujeito a climas subtropicais úmidos de planaltos com invernos relativamente brandos. O domínio comporta as paisagens menos “tropicais” do país. Ainda que a pedração dos solos não tenha sido muito grande na maior parte dos planaltos, é digno de nota que restem apenas 15% a 20% da biomassa original do domínio.

Os textos I e II referem-se, respectivamente, aos domínios indicados no mapa pelos números

- (A) 1 e 3.
- (B) 1 e 5.
- (C) 5 e 2.
- (D) 4 e 5.
- (E) 4 e 2.

18. Considere a pirâmide etária do Brasil para responder à questão.

Pirâmide etária (2010)



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

A pirâmide etária de 2010 reflete

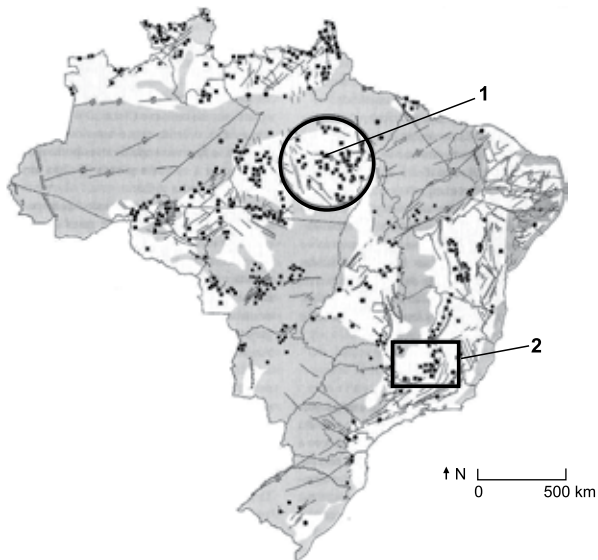
- (A) os vários ciclos migratórios ocorridos ao longo do século XX.
- (B) a reorganização socioeconômica da população brasileira.
- (C) a dinâmica demográfica em que predomina a redução do crescimento vegetativo.
- (D) a superação do bônus demográfico do final do século XX.
- (E) a relativa homogeneidade demográfica obtida neste século XXI.

19. A rápida expansão da agricultura tecnificada de grãos e fibras no cerrado brasileiro se deve a um conjunto de fatores, sendo um deles

- (A) à possibilidade de ocupar os solos, elevar a produtividade e não provocar fortes impactos ambientais.
- (B) a antiga e densa rede urbana que garantiu a formação de empresas de agronegócios de importância nacional.
- (C) a alta qualidade dos solos agrícolas que apresentam forte concentração de argilas, calcários e nutrientes.
- (D) a presença de grupos de goianos e mato-grossenses com grandes somas de capitais para investir localmente.
- (E) o baixo valor das terras nos campos limpos e cerrados, ocupados anteriormente pela pecuária extensiva.

20. Considere o mapa para responder à questão.

Brasil recursos minerais



(Théry, H. e Mello-Théry, N.A. *Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território.*)

As áreas indicadas pelos números 1 e 2 correspondem, respectivamente,

- (A) à Província mineral de Carajás e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas de escudos cristalinos.
- (B) à Bacia Tucano e à Reserva Mantiqueira, ambas em áreas de escudos cristalinos.
- (C) à Serra do Navio e à Bacia Potiguar, ambas em áreas sedimentares.
- (D) à Reserva Oriximiná e ao Quadrilátero ferrífero, ambas em áreas sedimentares.
- (E) à Província mineral de Carajás e à serra do Navio, ambas em áreas sedimentares.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

21. A professora Celeste é conhecida por aplicar provas difíceis e reprovar muitos alunos. Parte da comunidade escolar considera que ela é uma excelente professora porque transmite conteúdo denso e extenso e poucos conseguem aprovação. O caso da professora Celeste virou tema dos momentos de formação continuada na escola. Nos escritos de Libâneo (2013), o grupo de professores da escola leu que o entendimento correto de avaliação consiste em

- (A) saber que as provas de escolaridade prejudicam o desenvolvimento.
- (B) compreender que os conceitos qualitativos desmotivam os alunos.
- (C) favorecer a aprendizagem por meio de recompensas e prêmios.
- (D) recusar qualquer quantificação dos resultados.
- (E) considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos.

22. A educação escolar na contemporaneidade apresenta um conjunto de desafios, dentre eles, a construção de um processo de democratização da gestão escolar. Sobre essa questão, Naura Ferreira (2013) estabelece uma relação entre a administração da educação e as políticas de formação dos profissionais. Para a autora, a formação dos profissionais para uma gestão escolar democrática relaciona-se diretamente com

- (A) o desenvolvimento de mecanismos de controle e resolução de conflitos no interior das escolas.
- (B) o mundo do trabalho, marcado pelo reordenamento das relações sociais e pela globalização da economia.
- (C) a sua emancipação como indivíduo social, sujeito histórico em nossa sociedade.
- (D) a capacidade de fazer bom manejo das novas tecnologias de comunicação e informação.
- (E) o modo de provimento do cargo de dirigente escolar, definidor do tipo de gestão e formação docente.

23. “Qual a função social da escola em um contexto de pandemia e isolamento social? Como garantir o direito à educação de todos, considerando as pessoas com deficiência? Como garantir o direito à educação de todos, considerando as pessoas em maior vulnerabilidade social e econômica, em um modelo que se vale das TIC’S, às quais nem todos têm acesso? O modelo escolar que temos já se esgotou e a pandemia só deixou isso mais evidente? Quais e como têm sido utilizadas as TIC’S?”. Discutindo o modelo e o funcionamento da escola durante e pós pandemia, Alcântara (2022) compreende que a resposta às indagações anteriores exige uma reflexão sobre

- (A) as metodologias mais eficientes para o contexto atual.
- (B) a cultura escolar.
- (C) o uso das tecnologias de informação e comunicação.
- (D) a frequência obrigatória à escola.
- (E) a qualidade do ensino escolar.

24. “Alguns alunos fracassam porque não têm dom para estudar”

“O fracasso de alguns alunos explica-se pelo desinteresse das famílias na escola”.

“Para ser aprovado com a professora X, o aluno tem que ser bom”.

“Quando muitos reprovam é porque o índice de qualidade do ensino é alto”.

As frases apresentadas expressam concepções sobre o fracasso escolar. Acerca do tema, Paulilo (2017) defende que

- (A) a mobilização popular por escolarização entre os anos 1970/1980 em São Paulo é um elemento explicativo relevante, mas ausente da reflexão sobre a elaboração da noção de fracasso escolar.
- (B) a compreensão do fracasso escolar como fracasso não da escola, mas da criança ou da sua família, era uma ideia presente nos escritos escolanovistas, desde fins dos anos 1930, entre os chamados liberais.
- (C) a fetichização do saber escolar pelas famílias é a forma que primeiro assume a tomada de consciência do fenômeno do fracasso escolar enquanto fracasso da instituição escolar.
- (D) as determinantes do baixo rendimento escolar estão mais relacionadas às variáveis externas ao sistema escolar e menos relacionadas aos fatores intra-escolares.
- (E) a sociologia demonstrou que a repetência e a evasão ocorrem porque as crianças não estariam suficientemente preparadas para tirar proveito da escola e, nesse caso, sofrem como consequência a marginalização cultural.

25. No entendimento de Hernández e Ventura (2017), o ponto de partida para a definição de um projeto de trabalho é a escolha do tema. Como demonstrado no quadro a seguir, os autores sintetizam possíveis atividades do docente após a escolha do projeto.

1. Especificar o fio condutor	→	Relacionado com o PCC (Parâmetros Curriculares) Especificação primeira de objetivos e conteúdos (o que se pode aprender no Projeto?)
2. Buscar materiais	→	Seleciona a informação com critérios de novidade e de planejamento de problemas.
3. Estudar e preparar o tema	→	Reforça a consciência de aprender
4. Envolver componentes do grupo	→	Destaca a atualidade do tema para o grupo
5. Destacar o sentido funcional do Projeto	→	O que sabem, que dúvidas surgem, o que acredita que os alunos aprenderam
6. Manter uma atitude de avaliação	→	Ordena-se em forma de programação, para contrastá-lo e planejar novas propostas educativas
7. Recapitular o processo seguido	→	

(Hernández; Ventura, 2017)

Para Hernández e Ventura (2017), dois aspectos essenciais que se plasmam nos projetos são

- (A) a didática e a prática democrática.
- (B) o conhecimento escolar e o modelo de aprendizagem.
- (C) a prática democrática e a significatividade.
- (D) a globalização e a significatividade.
- (E) o modelo de aprendizagem e a avaliação.

26. Ao refletir sobre o projeto político-pedagógico, Anna Rosa Santiago (*In*: Veiga, 1996) discorre sobre a crise de paradigmas impulsora de mudanças na educação e na escola. Um dos aspectos da crise refere-se à superação de um modelo de organização do trabalho docente que escamoteou do professor o papel de

- (A) avaliador subsidiário dos avanços do projeto político-pedagógico.
- (B) indivíduo fundamental na renovação das metodologias educacionais.
- (C) sujeito responsável pela definição dos objetivos e fins da escola.
- (D) agente principal de transformação na escola e na sociedade.
- (E) profissional capaz de perceber a função social e política do ato de ensinar.

27. Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04/2010), devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário, de acordo com o artigo 57, § 2º da referida resolução,
- (A) promover, com transparência e responsabilidade, a organização curricular com vista a uma gestão democrática da escola.
 - (B) fortalecer a direção da escola diante dos conflitos e discordâncias da comunidade interna e externa à escola.
 - (C) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.
 - (D) compreender a globalidade da pessoa, enquanto ser que aprende, que sonha e ousa.
 - (E) superar os processos e procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância os planos pedagógicos.
28. De acordo com Ropoli (2010), “A educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades *normais* e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade, e não da diversidade, como comumente se proclama. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não à diversidade, pois assegurar o direito à diversidade é continuar na mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico”. Com relação ao tema, a Lei Federal nº 9.394/96 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 58, § 3º, prevê que a oferta de educação especial tem início
- (A) no ensino fundamental I até o fim do ensino superior.
 - (B) na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
 - (C) na educação infantil e estende-se ao longo da vida.
 - (D) na escola com serviço de apoio especializado, para qualquer faixa etária.
 - (E) no ensino fundamental I até o fim da educação básica.
29. O artigo 212 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para fins de distribuição, o artigo 212-A, III prevê que os recursos serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente
- (A) ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes.
 - (B) ao desempenho dos estudantes da respectiva rede nos exames de avaliação de educação básica.
 - (C) à arrecadação de recursos de cada ente federado e sua contribuição na composição da cesta de impostos para educação.
 - (D) ao número de escolas de educação infantil e ensino fundamental em funcionamento nas respectivas redes.
 - (E) à população infantil matriculada na respectiva rede e, inversamente proporcional ao número de pessoas com ensino superior na localidade.
30. A Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em seu artigo 4º, afirma que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Conforme artigo 17 do mesmo diploma legal, o direito ao respeito abrange
- (A) a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
 - (B) a oportunidade de brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida política; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
 - (C) a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio.
 - (D) o direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção ou educação.
 - (E) a escolha de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

CONHECIMENTOS DE HISTÓRIA

31. A nova história é a história escrita como reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, aquele termo útil, embora impreciso [...] Será conveniente descrever este paradigma tradicional como “história rankeana”, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886). Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-la, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história.

(Peter Burke, *A escrita da história: novas perspectivas*)

Para Peter Burke, a antiga e a nova história se contrastam, entre outros pontos, pois, em termos do paradigma tradicional, a história

- (A) abrange as relações entre as esferas do político, econômico e cultural, privilegiando o espaço global; na nova história, recomenda-se o uso de documentos escritos e oficiais, isentos de qualquer contaminação ideológica.
- (B) entende que a pesquisa e a escrita da História devem se restringir ao espaço local ou regional; já a nova história, tem como grande objeto de investigação sobre a formação e o desenvolvimento dos Estados Nacionais Modernos.
- (C) considera que o texto historiográfico precisa ser baseado na filosofia especulativa da história; a nova história defende que os investigadores do passado humano desenvolvam pesquisas sobre a epistemologia da história.
- (D) percebe a profunda relatividade do conhecimento do passado, cabendo ao historiador construir várias versões possíveis; a nova história tem radical comprometimento com a busca da verdade histórica.
- (E) diz respeito, em essência, à política e pensam a história como fundamentalmente uma narrativa de acontecimentos; a nova história tem interesse em toda a atividade humana e cuida da análise das estruturas.

32. Escolhi meu tema como um tributo a Isaac Deutscher, cuja obra mais permanente é um clássico na história da Revolução Russa, ou seja, sua biografia de Trotsky. Assim, a resposta imediata a essa pergunta do título [*Podemos escrever a história da Revolução Russa?*] é, obviamente, sim.

Mas isso deixa em aberto a questão mais ampla: podemos algum dia escrever a história definitiva de alguma coisa – não apenas a história conforme vista hoje, ou em 1945 – inclusive, é claro, da Revolução Russa? Nesse caso, em um sentido óbvio, a resposta é não, a despeito do fato de que há uma realidade histórica objetiva, que os historiadores investigam, para estabelecer, entre outras coisas, a diferença entre fato e ficção. Somos livres para crer que Hitler fugiu dos russos e se refugiou no Paraguai, mas não foi assim.

(Eric Hobsbawm, *Sobre história*)

Para Eric Hobsbawm, não é possível “escrever a história definitiva de alguma coisa”, porque

- (A) os acontecimentos do passado, a rigor, existem apenas como um exercício de especulação por parte de pesquisadores e historiadores.
- (B) cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado, além disso, há uma acumulação quase infinita de registros públicos e privados.
- (C) a plena reconstituição do passado das sociedades humanas é possível, mas os historiadores são incapazes de manter a neutralidade nas suas análises.
- (D) a história é uma ciência preocupada com os grandes acontecimentos da humanidade, e esta escolha impede a reconstrução do passado.
- (E) a construção da narrativa histórica utiliza-se dos princípios teóricos importados das ciências naturais e do idealismo hegeliano.

33. A história é um discurso mutável e problemático – ostensivamente a respeito de um aspecto do mundo, o passado –, produzido por um grupo de trabalhadores cujas mentes são de nosso tempo (em grande maioria, em nossa cultura, historiadores assalariados) e que fazem seu trabalho em modalidades mutuamente reconhecíveis que são posicionadas epistemológica, ideológica e praticamente; e cujos produtos, uma vez em circulação, estão sujeitos a uma série de usos e abusos logicamente infinitos mas que, na realidade, correspondem a uma variedade de bases de poder existentes em qualquer momento que for considerado, as quais estruturam e distribuem os significados das histórias ao longo de um espectro que vai do dominante ao marginal.

(Keith Jenkins, *Re-thinking History*. Apud Ciro Flamarion Cardoso, Introdução. Em: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*)

No excerto, Keith Jenkins

- (A) defende que o trabalho do historiador deve ser paudado pela neutralidade ideológica.
- (B) reconhece que a história precisa de modelos construídos pelas ciências naturais.
- (C) explicita os limites de uma história baseada em análises quantitativas.
- (D) define o que seria a história-disciplina no interior do paradigma pós-moderno.
- (E) entende que cabe ao historiador a busca incessante do verdadeiro passado.

34. [...] a ideia de que era possível narrar a História da Grécia por meio de suas cidades principais, Atenas e Esparta, parece também ter perdido sentido. Essas duas cidades eram grandes exceções, não a regra. Nesse campo, vale a pena citar os trabalhos coletivos do Centro para o Estudo da Pólis de Copenhague, dirigido por Morgens Hansen. Dos inventários produzidos e dos amplos debates publicados destaca-se a imensa variedade das cidades no mundo de fala grega e não grega. A importância da cidade (pólis) para a vida dos gregos é, além disso, colocada em perspectiva. A maioria das cidades tinha dimensões mínimas (centenas de habitantes, às vezes poucos milhares) e não era autônoma. Inúmeras localidades e regiões nunca se organizaram como cidades – ao menos antes do Império Romano.

(Norberto Luiz Guarinello, *História Antiga*)

Segundo Guarinello, na obra citada, a História de Roma

- (A) tem recebido contribuições inéditas e decisivas da história econômica, que mostram como Roma, bem diverso das recentes descobertas sobre a Grécia Antiga, dependia pouco da exploração do trabalho compulsório e muito das relações mercantis com o Norte da África.
- (B) avançou, em termos temáticos e em quantidade de pesquisas publicadas, muito mais do que a da História da Grécia, e já existe um certo consenso entre historiadores que as instituições políticas de Roma eram desorganizadas e frágeis, o que pôde ser verificado por meio das análises da legislação e do direito romano.
- (C) está em meio a um processo semelhante à desconstrução História da Grécia, pois, tradicionalmente, Roma era estudada como a História de uma única cidade, tendo uma identidade própria e singular desde seus primórdios e a historiografia contemporânea analisa a cidade de Roma no contexto mais amplo da Itália e de outros espaços.
- (D) avança de uma forma mais modesta quando se compara com o forte debate historiográfico travado sobre a civilização grega, mas foram feitas descobertas fundamentais sobre a imposição das instituições e das práticas culturais romanas sobre todos os povos invadidos, como o da obrigatoriedade do uso da língua latina.
- (E) segue com algumas semelhanças no tocante às revisões historiográficas acerca da Grécia Antiga, mas a principal novidade dos novos estudos sobre Roma refere-se à explicação de que o poderio desse povo derivou do seu constante e progressivo isolamento cultural e a pequena dependência da expansão territorial.

35. [...] o ritmo histórico da Idade Média foi se acelerando, e com ele nossos conhecimentos sobre o período. Sua infância e adolescência cobriram boa parte de sua vida (séculos IV-X), no entanto as fontes que temos sobre elas são comparativamente poucas. Sua maturidade (séculos XI-XIII) e senilidade (século XIV-XVI) deixaram, pelo contrário, uma abundante documentação.

(Hilário Franco Júnior, *A Idade Média*, nascimento do ocidente)

Segundo Franco Júnior, na Baixa Idade Média (século XIV-meados do século XVI), em relação aos trabalhadores rurais, a crise do século XIV

- (A) potencializou vários acordos dos camponeses com os senhores feudais, a partir da mediação eclesial e dos nascentes Estados Nacionais, que diminuíram o rigor e a amplitude das obrigações servis, o que permitiu um acesso mais fácil às terras em toda a Europa Oriental.
- (B) permitiu que os servos da gleba ganhassem o direito, com a decisiva anuência da Igreja, de romper as relações com seus senhores feudais e estabelecer novas relações com outros senhores de terra, em especial nas regiões que receberam a presença dos invasores árabes.
- (C) manifestou-se de dupla forma: com o retrocesso demográfico e econômico acelerou o processo de recuo da servidão e o ressurgimento de um campesinato livre; e, em certas regiões, sobretudo na Inglaterra, o campesinato viu-se diante do revigoramento dos laços de dependência.
- (D) reforçou uma estrutura social caracterizada pela existência de ordens, com frágeis mecanismos de mobilidade, condição derivada de uma doutrina da Igreja que preconizava que a cada homem cabia seguir o destino atribuído pela vontade divina, ou seja, ou rezar, ou guerrear ou trabalhar.
- (E) reforçou, especialmente nas nações formadas na península Ibérica, os laços de dependência dos servos em relação aos senhores feudais, que passaram a exigir novas obrigações senhoriais, além de estender, para o espaço urbano, mecanismos de exploração do trabalho.

36. Os humanistas, num gesto ousado, tendiam a considerar como mais perfeita e mais expressiva a cultura que havia surgido e se desenvolvido no seio do paganismo, antes do advento de Cristo. [...] Eram todos cristãos e apenas desejavam reinterpretar a mensagem do Evangelho à luz da experiência e dos valores da Antiguidade.

(Nicolau Sevcenko, *O renascimento*)

Sevcenko afirma que esses “valores da Antiguidade”

- (A) exaltavam o indivíduo, a vontade e a capacidade de ação do homem, sua liberdade de atuação e de participação na vida das cidades.
- (B) tratavam a questão da sexualidade como um assunto da esfera do público e pensavam nas práticas religiosas como alienadoras da realidade.
- (C) versavam sobre a importância da vida no meio rural e entendiam que não existia qualquer distinção entre os homens e a natureza.
- (D) reconheciam a superioridade da cosmogonia pagã, a transcendência e acreditam que a arte abstrata efetivamente representava as percepções humanas.
- (E) consideravam que os desejos humanos devem se submeter aos designios divinos e justificavam as pobreza material e espiritual como necessárias à felicidade.

37. O mercantilismo inglês se beneficia da precocidade das instituições políticas e sociais, da qualidade da informação e da reflexão teórica no país, evolui, se adapta, se aperfeiçoa, e ajuda a Inglaterra a assumir, na Europa, uma verdadeira supremacia marítima e comercial e, talvez, já a supremacia industrial.

(Pierre Deyon, *O mercantilismo*)

Para Pierre Deyon, o mercantilismo adquiriu, na Inglaterra e em outros países europeus, três formas essenciais. Trata-se de

- (A) tributação para a exportação de mercadorias, da distribuição de terras para produção de alimentos e da privatização dos cargos públicos.
- (B) legislação que entravava a imigração para espaços coloniais, do uso de escravos na produção manufatureira e da proibição da circulação de moedas de ouro e prata.
- (C) ausência da ação estatal na esfera econômica, do fortalecimento do trabalho assalariado e da isenção fiscal da burguesia comercial.
- (D) ausência de restrições para a entrada e saída de mercadorias, o Estado controlado pela burguesia industrial e da criação de bancos de desenvolvimento.
- (E) proteção da moeda e dos estoques de metais preciosos, da proteção da produção e encorajamentos e favores à marinha e ao comércio nacional.

38. Desde o século XVI, após os primeiros tempos da conquista do Peru e de seu impacto destruidor para os habitantes dos antigos territórios incas, a Coroa espanhola esforçou-se para evitar o genocídio dos súditos americanos organizando os sobreviventes em povoados, os chamados *pueblos* [...]

(Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, *História da América Latina*)

Segundo a obra citada, os *pueblos*

- (A) espalharam-se por todos os domínios espanhóis na América e significaram um importante instrumento na guinada da política colonial e indigenista, porque passou a existir respeito às formas de organização das sociedades indígenas, além da disseminação do trabalho assalariado.
- (B) organizavam-se a partir das referências dos aldeamentos incas presentes na América portuguesa, mas com a direção das autoridades espanholas e que permitiam que os indígenas explorassem a terra em pequenos lotes, além do direito de comercializar os produtos excedentes.
- (C) estavam sob a direção de ordens religiosas católicas, caso dos jesuítas, e havia a preocupação em permitir a reprodução da ordem tribal existente entre as sociedades indígenas da América espanhola antes do início da presença colonialista europeia, mas com a imposição da língua espanhola.
- (D) representaram o primeiro modelo de reforma agrária na América, porque cada família indígena recebia um lote de terra, mas havia a obrigação de fazê-la produtiva em, no máximo, 5 anos e, além disso, a legislação indígena espanhola encorajava os colonos a utilizarem relações de trabalho livre com os indígenas.
- (E) eram dotados de terra para o cultivo e de certa autonomia administrativa e, no Vice-reino do Peru, tinham o dever de pagar à Coroa o tributo indígena e de enviar certo número de moradores para o cumprimento da mita, ou seja, de um trabalho gratuito realizado durante uma temporada.

39. “Formação do Brasil no Atlântico Sul: o leitor que bateu o olho na capa do livro estará intrigado com o subtítulo. Quer dizer então que o Brasil se formou fora do Brasil? É exatamente isso: tal é o paradoxo que pretendo demonstrar [...]

(Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*)

Para Alencastro, “o Brasil se formou fora do Brasil” porque

- (A) a exploração colonial sobre a América foi deficitária para Portugal até o final do século XVII, momento no qual a descoberta do ouro nas chamadas Minas Gerais permitiu um aumento nas rendas portuguesas, principalmente por causa tráfico negroiro.
 - (B) a colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.
 - (C) os interesses do Estado português e da burguesia comercial, entre os séculos XVI e XVIII, voltavam-se para outras partes do Império português, caso de Moçambique, região produtora de gêneros tropicais consumidos em todas as colônias lusas.
 - (D) a principal fonte de investimentos que garantiu a efetiva exploração açucareira na América portuguesa foram as grandes riquezas formadas na África portuguesa ao longo dos séculos XV e XVI, em função do comércio de escravizados.
 - (E) a opção do Estado português em explorar as descobertas americanas veio apenas em meados do século XVI, momento em que a Espanha já havia começado a exploração de metais preciosos em vários dos seus domínios na América.
40. Pela Declaração dos Direitos, a igualdade foi estreitamente associada à liberdade: fora avidamente exigida pela burguesia em contraposição à aristocracia, pelos camponeses face aos seus senhores. Tratava-se, porém, da igualdade civil, unicamente.

(Albert Soboul, *A Revolução Francesa*)

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, em agosto de 1789, preconizava

- (A) a organização republicana como a melhor forma de garantir a soberania do povo e os direitos políticos plenos deveriam ser universais.
- (B) que a liberdade de um cidadão estava condicionada a este ter a posse de bens, e apenas a soberania do rei independia da vontade dos cidadãos.
- (C) a necessidade da existência de limites sociais para a propriedade e a igualdade política e social entre homens e mulheres, mesmo estrangeiros.
- (D) que dignidade, postos e empregos são igualmente acessíveis a todos, sem distinção de nascimento, e a propriedade é proclamada direito natural e imprescritível.
- (E) o amplo direito à opinião, excetuando as opiniões políticas, e que a cidadania política permitia que qualquer francês tivesse direito a ter um cargo público.

41. Quando o terremoto de 1812 sacudiu Caracas e outras cidades da Venezuela, a posição da Igreja foi a de afirmar que este fora um castigo de Deus pela revolta contra o rei e a Igreja.

(Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino, *História da América Latina*)

Prado e Pellegrino consideram que, durante o processo de independência da América espanhola, a Igreja Católica, enquanto instituição hierarquizada,

- (A) proporcionou um apoio irrestrito às lideranças dos movimentos de emancipações nacionais e forneceu os principais fundamentos no campo das ideias para que os rebeldes tivessem a sua luta justificada a partir de referências teológicas.
- (B) apresentou uma postura pendular, porque entre 1810-1815, na primeira etapa do processo de independências, esteve ao lado dos rebeldes e, com as determinações do Congresso de Viena, passou a defender a recolonização da América.
- (C) esteve sempre ao lado dos realistas, usando a religião como arma para dissuadir os rebeldes e, por outro lado, foi grande o número de padres que se incorporaram ao movimento de independência, por volta de mil entre os 10 mil sacerdotes existentes.
- (D) tratou as rebeliões dos colonos contra a Espanha de forma dúbia, ora defendendo o direito à independência política dos vice-reinos, ora questionando as intenções das elites criollas em construir uma nova ordem com a expropriação dos bens da Igreja.
- (E) manteve-se neutra, condenando todos os excessos de violência praticados pelos rebeldes e pelas forças repressoras espanholas, e as principais autoridades religiosas americanas apoiavam, secretamente, os líderes da emancipação política.

42. Houve três ondas revolucionárias principais no mundo ocidental entre 1815 e 1848. (A Ásia e a África permaneciam até então imunes: as primeiras revoluções em grande escala na Ásia [...] só ocorreram na década de 1850). A primeira ocorreu em 1820-24. Na Europa, ela ficou limitada principalmente ao Mediterrâneo, com Espanha e Portugal (1820), Nápoles (1820) e a Grécia (1821) como seus epicentros. Fora a grega, todas essas insurreições foram sufocadas. [...]

A segunda onda revolucionária ocorreu em 1829-34 [...].

(Eric J. Hobsbawm, *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*)

Segundo Hobsbawm, essa “segunda onda revolucionária”, entre outros eventos,

- (A) afetou toda a Europa a oeste da Rússia e a nação norte-americana, com as reformas do presidente Andrew Johnson; a derrubada dos Bourbon na França estimulou várias outras insurreições, e a Bélgica conquistou a sua independência da Holanda.
- (B) disseminou-se por toda a Europa e pelos Estados Unidos legislações de proteção aos trabalhadores; a Finlândia libertou-se do Império Russo, e uma revolta conservadora em Portugal resultou na ampliação dos poderes absolutistas do soberano.
- (C) fortaleceu o absolutismo nas nações ibéricas graças a uma considerável reação aristocrática; a Polônia conquistou a independência do Império Alemão, e houve uma forte ampliação dos direitos de cidadania na Grã-Bretanha.
- (D) enfraqueceu o absolutismo na Rússia com a imposição de uma carta constitucional; garantiu as condições políticas para a efetivação da unificação da Itália, e uma revolução liberal em Portugal reestabelece a coroa de dom Miguel.
- (E) representou a derrota da revolução liberal na Suíça; a instituição dos direitos de cidadania ativa oferecida a todos os franceses, e o estabelecimento de regimes monárquicos constitucionais pela Dinamarca e pela Romênia, depois de convulsões sociais.

43. [...] o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática teve uma relação nítida com o surgimento do “novo imperialismo”. A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado “imperialismo social” [...]

(Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios*)

Para Hobsbawm, o “imperialismo social” deve ser entendido como

- (A) a ideologia das classes médias das nações desenvolvidas, que defendia um intercâmbio entre os trabalhadores metropolitanos e coloniais.
- (B) a concepção de que os ganhos dos trabalhadores das nações industrializadas precisavam ser repassados para os trabalhadores dos espaços coloniais.
- (C) a política de expansão econômica europeia baseada na introdução de atividades industriais em regiões de outros continentes, como a América e a Ásia.
- (D) a opção das potências europeias em contribuir com a autonomia política, econômica e tecnológica de espaços coloniais africanos e asiáticos.
- (E) a tentativa de usar a expansão imperial com o intuito de diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, entre outras maneiras.

44. [...] é preciso explicar por que a reação da direita após a Primeira Grande Guerra conseguiu vitórias cruciais na forma do fascismo. Antes de 1914 já existiam movimentos extremistas da ultradireita – historicamente nacionalistas e xenofóbicos, promotores dos ideais da guerra e da violência, intolerantes e dados a atos violentamente coercivos, totalmente antiliberais, antidemocráticos, antiproletários, antissocialistas e antinacionalistas, defensores do sangue e do solo e dos valores antigos que a modernidade estava destruindo. Eles tinham alguma influência dentro da direita política e em alguns círculos intelectuais, mas em lugar algum chegaram a dominar ou controlar.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*)

Para o autor de *Era dos extremos*, o que deu ao fascismo sua oportunidade, após a Primeira Guerra Mundial, foi

- (A) a fragilidade do liberalismo britânico em razão de reformas políticas que restringiram os direitos políticos para parte da sua população e a proibição da formação de organizações e partidos de esquerda em boa parte da Europa.
- (B) a decisão do Tratado de Versalhes em considerar a Primeira Guerra sem vencedores e sem vencidos, condição que permitiu o rearmamento alemão e a busca italiana pelo militarismo como estratégia de expansão imperialista.
- (C) a profusão de governos militarizados e conservadores no início da década de 1930, como na França, conjuntura que incentivou a formação de grupos internacionalistas em toda a Europa, assim como em outros continentes.
- (D) a influência negativa dos Estados Unidos, que constituiu leis de proteção ao trabalho, além da liberdade de organização política e sindical, o que inspirou, na Europa, uma série de movimentos radicais dos trabalhadores industriais.
- (E) o colapso dos velhos regimes, e, com eles, das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia e onde a ordem política permaneceu com bom funcionamento, não houve necessidade de fascismo, como na Grã-Bretanha.

45. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo, do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial [...]

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*)

Acerca da distribuição de forças com o fim da Segunda Guerra, é correto afirmar que

- (A) ocorriam reajustes constantes nas áreas de influência da URSS e dos EUA a partir de acordos bilaterais, mas também por meio da interferência da ONU, que não permitiu que as superpotências ampliassem seus domínios geopolíticos, e uma das poucas exceções ocorreu no processo de formação do Estado Nacional em Angola, quando houve a interferência dos EUA.
- (B) aconteciam regulares encontros diplomáticos entre as superpotências nucleares com o intuito de controlar os arsenais bélicos, assim como para reforçar a hegemonia sobre as zonas de influência, o que não impediu recorrentes episódios de crises graves entre URSS e EUA no tocante às deliberações da Organização Mundial do Comércio, que privilegiava o Comecon.
- (C) havia um equilíbrio de poder desigual que foi não contestado em sua essência, na qual a URSS controlava uma parte do globo ou sobre ela exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com o uso da força militar e os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista e não intervinham na zona aceita de hegemonia soviética.
- (D) existiam acordos diplomáticos, reafirmados em grandes conferências, que impediam a expansão das zonas de influência soviética e estadunidense, o que não evitou a série de episódios nos quais houve interferência direta da URSS em regiões sob a influência dos EUA, como a invasão da Hungria em 1956 e a intervenção militar na Tchecoslováquia, em 1968.
- (E) incidiram sobre as tensas relações entre URSS e EUA os importantes papéis da OTAN e do Pacto de Varsóvia, que impuseram um conjunto de mecanismos capazes de impedir que as nações nucleares ampliassem seus arsenais, ao mesmo tempo em que a ONU fez prevalecer acordos que evitavam que outras nações conseguissem a tecnologia para construir armas atômicas.

46. Politicamente, a Europa Oriental era o calcanhar de Aquiles do sistema soviético. Após a Primavera de Praga, ficou claro que os regimes satélites comunistas haviam perdido legitimidade como tal na maior parte da região. Tinham sua existência mantida por coerção do Estado, apoiado pela ameaça de intervenção soviética, ou, na melhor das hipóteses, dando aos cidadãos condições materiais e relativa liberdade muito superiores à média leste-europeia, mas que a crise econômica tornava impossíveis de manter. Contudo, com uma exceção, nenhuma forma séria de oposição política organizada ou qualquer outra era possível. Em um país, a conjunção de três fatores produziu essa possibilidade. A opinião pública do país estava esmagadoramente unida não apenas pela antipatia ao regime, mas por um nacionalismo antirrusso (e antijudeu) e conscientemente católico romano; a Igreja retinha uma organização independente nacional; e a classe operária demonstrara seu poder político com greves maciças, em intervalos, desde meados da década de 1950. E a partir de meados da década de 1970, teve de enfrentar tanto um movimento, trabalhista politicamente organizado, apoiado por uma assessoria de dissidentes intelectuais politicamente sofisticados, sobretudo ex-marxistas, quanto também uma Igreja cada vez mais agressiva.

(Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*.

Adaptado)

O excerto trata da

- (A) Iugoslávia.
 - (B) Polônia.
 - (C) Hungria.
 - (D) Romênia.
 - (E) Bulgária.
47. “Patriotas, vossas propriedades inda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas”, dizia o governo revolucionário em 1817, numa proclamação que visava acalmar os proprietários temerosos que a “liberal” revolução pretendesse a “emancipação indistinta de homens de cor e escravos”.

(Emília Viotti da Costa, Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. Em: Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em perspectiva*)

A partir do excerto, é correto afirmar que, no contexto apresentado,

- (A) a eclosão revolucionária decorreu da decisão de dom João VI pela cessação do tráfico negroiro.
- (B) os revolucionários apoiavam a alforrias dos escravizados nascidos no Brasil.
- (C) o separatismo dos revolucionários ampliou o apoio da elite do Norte contra a escravidão.
- (D) a invocação do direito de propriedade tinha o objetivo de preservar a escravidão.
- (E) os liberais brasileiros defendiam a célere extinção da propriedade escrava.

48. Em seu livro *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho propõe uma explicação que dá peso maior à natureza da elite política imperial, que teria tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o Estado nacional, por ser bastante homogênea. Essa homogeneidade resultaria, principalmente, da educação e da profissão comuns. A maioria dos membros da elite era formada por gente que tinha educação de nível superior. Esse fato constituía, na opinião de José Murilo, um elemento poderoso de unificação ideológica por três razões. Em primeiro lugar, como muito poucas pessoas tinham instrução, a elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava nos estudos jurídicos e fornecia assim um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque as faculdades de direito se resumiam, até a Independência, aos cursos da Universidade de Coimbra e, depois, às Faculdades de São Paulo e Olinda/Recife. A concentração geográfica e a identidade de formação intelectual promoviam contatos pessoais entre estudantes de várias capitanias e províncias. Incutia neles uma ideologia comum, dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos, tanto de Portugal como do Brasil.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

No excerto, há uma posição historiográfica sobre a razão pela qual

- (A) o Brasil não se fragmentou e manteve a unidade territorial que vinha dos tempos coloniais.
- (B) a província de São Paulo organizou e dirigiu o processo de emancipação política do Brasil.
- (C) o Brasil imperial manteve-se neutro em relação aos conflitos diplomáticos na América do Sul.
- (D) a monarquia ficou caracterizada por defender a plena cidadania política, inclusive com o sufrágio universal.
- (E) o desenvolvimento manufatureiro foi débil e a agricultura de exportação tornou-se a principal fonte de renda.

49. A Guerra do Paraguai constitui um claro exemplo de como a História, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins. Na versão tradicional da historiografia brasileira, o conflito resultou da megalomania e dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano López.

Atravessando a fronteira, encontramos no Paraguai uma historiografia oposta. O conflito é aí visto como uma agressão de vizinhos poderosos a um pequeno país independente.

Nos últimos anos, a partir de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, surgiu uma nova explicação. Não se trata da última palavra no campo da História, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos.

(Boris Fausto, *História do Brasil*. Texto adaptado)

Sobre a “nova explicação” acerca da Guerra do Paraguai, é correto afirmar que ela

- (A) entende que o estopim do conflito foi o expansionismo territorial do Uruguai e de algumas províncias do interior da Argentina, pois eram regiões interessadas na reunificação do vice-reino do Prata e no fim da livre navegação no estuário do Prata.
- (B) associa a eclosão da guerra ao expansionismo territorial do Brasil, que visava dominar espaços argentinos, além da forte instabilidade político-institucional presente no Paraguai, onde as províncias não aceitavam a centralização política.
- (C) considera que a guerra decorreu da grave crise econômica, de abrangência quase mundial, da segunda metade do século XIX, que prejudicou muito as economias da América do Sul, dependentes do comércio internacional.
- (D) reconhece que o conflito foi instigado por um conjunto de discursos nacionalistas presentes nas nações envolvidas na guerra, que se opunha aos interesses das nações industrializadas europeias, especialmente a França e a Grã-Bretanha.
- (E) mostra-se atenta às relações entre os países envolvidos no conflito, chamando a atenção para o processo de formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente.

50. Impunha-se o estabelecimento de um mecanismo regulador das eleições, que consagrasse a sua venalidade em nível institucional. Para isso, modificava-se o regimento interno da Câmara dos Deputados, no que diz respeito à Comissão de Verificação de Poderes.

O candidato, para ser eleito, precisava ter o cômputo dos seus votos reconhecido em várias instâncias, dependendo do cargo pretendido.

No final dessa tramitação sempre se encontrava uma Comissão de Verificação de Poderes, que diplomava os eleitos.

(Maria de Lourdes M. Janotti, *O coronelismo, uma política de compromisso*)

Ainda sobre a Comissão de Verificação de Poderes, presente durante a Primeira República no Brasil, é correto afirmar que essa comissão

- (A) controlava os processos de alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, além de disciplinar a formação de partidos políticos, o que possibilitou, progressivamente, a existência de eleições livres de práticas ilegais, sem o voto de cabresto.
- (B) fazia o reconhecimento de seus próprios membros, nas Assembleias Estaduais, no Senado e na Câmara dos Deputados, o que a tornava uma expurgadora de candidatos indesejáveis, sob a alegação de fraudes ou irregularidades burocráticas.
- (C) trabalhava em conjunto com a Justiça Eleitoral em cada um dos estados, buscando padronizar o processo eleitoral, com o objetivo de conter as violências contra os eleitores e garantir a apuração das urnas sem qualquer ato ilícito.
- (D) denunciava os processos eleitorais viciados por várias ilegalidades, que eram sumariamente anulados, situação que trouxe problemas para as oligarquias estaduais dominantes, que tinham seus poderes apoiados em fraude eleitoral.
- (E) contribuía para permitir que as minorias parlamentares tivessem algum grau de interferência nas decisões das suas casas legislativas, porque fazia a exigência que os parlamentos tivessem regimentos internos.

51. A proteção ao setor exportador [durante a Primeira República brasileira] efetuava-se através do uso do mecanismo cambial através de um esquema básico frequentemente descrito [...]

(Gabriel Cohn, *Problemas da industrialização no século XX*. Em: Carlos Guilherme Mota (org.), *Brasil em perspectiva*)

Sobre o citado mecanismo cambial, é correto afirmar que

- (A) se modificava a política cambial em momentos nos quais havia uma grande disparidade entre as exportações e as importações e, com o intuito de equilibrar a balança comercial, o mil-réis era valorizado, condição que permitia que as importações brasileiras ficassem mais baratas.
- (B) existiam duas políticas em relação à taxa de câmbio, sendo uma dessas políticas utilizada apenas para as mercadorias mais exportadas, como o café e o açúcar, e o câmbio flutuante; a outra política era válida para todo o resto da economia, e o câmbio apenas variava se houvesse registro inflacionário.
- (C) se estimulava a entrada abundante de recurso no país por meio da artificial valorização do mil-réis, condição que permitia que o custo das mercadorias brasileiras se tornasse mais atraente para os importadores internacionais; ao mesmo tempo, havia o efeito colateral de conter a deflação.
- (D) se manipulava a taxa de câmbio de tal forma que, sobrevivendo uma queda nas exportações, efetuava-se uma desvalorização da moeda nacional, assim o setor exportador recebia uma quantidade menor de moeda estrangeira, mas era compensado ao trocá-la por moeda nacional.
- (E) se praticava uma política cambial bem rigorosa, na qual as flutuações da moeda nacional em relação à libra eram decididas com referências técnicas, com exceção dos recursos advindos com a exportação do café, em que as autoridades econômicas faziam trocas cambiais mais vantajosas para os cafeicultores.

52. Uma comissão de cinco pessoas foi encarregada de redigir um projeto de Constituição, submetido depois à profunda revisão por parte de Rui Barbosa. A seguir, encaminhou-se o projeto à apreciação da Assembleia Constituinte, que, após muitas discussões e algumas emendas, promulgou o texto a 24 de fevereiro de 1891.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Sobre a primeira Constituição republicana, é correto afirmar que

- (A) influenciada pelas Constituições europeias, regulamentou o trabalho feminino, estabeleceu o intervencionismo estatal e nacionalismo econômico e deliberou que os partidos políticos deveriam ter abrangência nacional e não estadual.
- (B) representou os interesses das classes médias urbanas no sentido que instituiu o voto universal masculino, criou o controle estatal sobre os juros bancários e fortaleceu o Poder Executivo federal em detrimento dos estados federados.
- (C) recebeu decisiva influência das Constituições argentina e mexicana, impondo nas mãos do Poder Executivo federal a centralização do planejamento econômico estratégico, além da criação de universidades federais em todas as regiões do país.
- (D) atendeu as demandas de várias frações de classe, com um certo privilégio para os industriais, que obtiveram isenção fiscal para a importação de máquinas e a instituição de fundos públicos específicos para o financiamento de novas indústrias.
- (E) inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal, e garantiu forte autonomia aos estados, que poderiam contrair empréstimos no exterior e tinham o direito de decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias.

53. Os primeiros movimentos sociais da classe operária se situam na República. Antes de falar deles, vamos fazer uma referência aos movimentos sociais no campo. Eles podem ser divididos em três grandes grupos: 1. os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2. os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; 3. os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Sobre o grupo 3, de movimentos sociais no campo, é correto reconhecer

- (A) a Revolta de Juazeiro, no Ceará, movimento ocorrido em torno do padre Cícero Romão Batista, aproximadamente entre 1900 e 1915, no qual os manifestantes se contrapunham à concentração fundiária.
- (B) o movimento do Contestado, ocorrido na fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na última década do século XIX, que envolveu uma grande multidão de despossuídos de terra e de trabalho.
- (C) a manifestação de marinheiros, ocorrida em 1897, no Recife, na qual se lutava contra as péssimas condições de trabalho, a má alimentação e a utilização de embarcações sucateadas.
- (D) as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo, e a mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto.
- (E) a Guerra de Canudos, ocorrida no início do século XX em vários estados nordestinos, e que foi gerada pela insatisfação de número grande de camponeses sem acessos à terra e aos direitos políticos.

54. Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando de Salles Oliveira, com vínculos no PD e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto do chamado Rejustamento Econômico, reduzindo o débito dos agricultores atingidos pela crise. Por sua vez, a elite política de São Paulo adotou uma atitude mais cautelosa daí para a frente.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

A partir do excerto, é correto afirmar que, com a chamada Revolução de 1932,

- (A) o governo federal, embora vitorioso, percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista, ao mesmo tempo, os paulistas, derrotados, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.
- (B) representou uma grave derrota política e econômica para São Paulo, que precisou de muita negociação para convencer Vargas a escolher um paulista como governador e não pode mais contar com a ajuda federal para proteger a produção de café.
- (C) a derrota paulista produziu um efeito devastador nas relações entre o governo Vargas e as lideranças conservadoras de São Paulo, situação que justificou um tratamento discriminatório do governo federal sobre as atividades cafeeiras.
- (D) a vitória do governo federal sobre as forças paulistas aprofundou a divisão política em São Paulo, entre as forças getulistas e as antigetulistas, situação que foi aproveitada por Vargas, que impôs um governador ligado aos seus interesses.
- (E) ocorreu o reestabelecimento de uma democracia liberal, conforme determinava a Constituição de 1934, e houve um reordenamento econômico nacional, pelo qual maior parte dos investimentos estatais passou a ser dirigido para a agroexportação.

55. Até o suicídio, havia manifestações pedindo a renúncia de Vargas, inclusive na TV, no rádio e em jornais como *O Estado de São Paulo*. Em frente ao Catete, centenas de curiosos esperavam sua destituição. Na Faculdade de Direito de São Paulo, os estudantes portavam um “R” (de renúncia) na lapela. Na verdade, o governo de Vargas estava impopular, sobretudo por causa da crescente inflação e da consequente alta do custo de vida.

(Carlos Fico, *História do Brasil contemporâneo*)

Segundo Fico, com a notícia do suicídio e a divulgação da carta-testamento,

- (A) as lideranças políticas que se opunham a Vargas, acuadas pela forte comoção popular presentes nas principais cidades brasileiras, defendem que o vice-presidente seja empossado e constituía um ministério de união nacional, com a presença de todos as forças políticas.
- (B) a reação das organizações populares, como partidos e sindicatos, foi de profunda perplexidade e uma relativa indiferença, porque o Ministério do Trabalho havia reprimido com muita violência a chamada Greve dos 300 mil, que atingiu cidades industriais no Nordeste e a capital do país.
- (C) o clima de relativa insatisfação mudaria radicalmente, e manifestações tomaram conta das ruas do Rio de Janeiro, com populares portando paus e pedras para atacarem símbolos do antigetulismo, como sede de rádios e jornais e a embaixada norte-americana.
- (D) o presidente da Câmara dos Deputados desaprova a imediata posse do vice-presidente eleito e coloca a necessidade de investigação acerca do papel dessa autoridade na grave crise político-institucional, que começou em fins de 1953, com acusações de corrupção.
- (E) os partidos políticos que apoiavam o governo Vargas acionaram o Supremo Tribunal Federal para que este tribunal investigasse as inúmeras denúncias presentes na carta-testamento, como a acusação de que as empresas estrangeiras sediadas no Brasil praticavam fraudes fiscais.

56. Entre 1968 e 1973, o PIB cresceu em média 11,2%, alcançando 14% em 1973. Essa fase é chamada de “milagre brasileiro.”

(Carlos Fico, *História do Brasil contemporâneo*. Texto adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, alguns efeitos do chamado “milagre econômico” contidos na obra citada.

- (A) As grandes e médias empresas nacionais ganharam destaque na economia em geral por causa dos subsídios governamentais. Por outro lado, as multinacionais, progressivamente, diminuíram seus investimentos no país em razão de uma severa lei de remessa de lucros.
- (B) A partir da metade da década de 1970, o crescimento da economia teve forte aceleração em razão de um acordo econômico com o Mercado Comum Europeu. Além disso, o país tornou-se praticamente autossuficiente na produção de petróleo e na produção dos seus derivados.
- (C) As classes trabalhadoras urbanas foram beneficiadas com novos direitos sociais e aumentos salariais. Por outro lado, a classe média foi a parte da sociedade mais atingida pela política fiscal do governo federal, que aumentou muito a carga tributária, especialmente o imposto de renda.
- (D) O operariado industrial tornou-se uma espécie de elite entre os trabalhadores urbanos porque seus salários aumentavam sempre acima da inflação. Ao mesmo tempo, os trabalhadores rurais, apesar da produtividade cada vez maior no campo, continuavam sem qualquer proteção social.
- (E) O crescimento da economia se fez acompanhar de um processo acentuado de concentração de renda, inclusive porque os ganhos de produtividade não eram repassados para os trabalhadores. Além disso, deu-se um aumento vertiginoso da dívida externa.

57. O movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com novo ímpeto e novas feições. A reconstrução do sindicalismo populista era inviável porque o regime não se assentava, nem pretendia se assentar, no movimento operário organizado.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

Sobre o novo sindicalismo, a partir dos anos 1970, é correto afirmar que

- (A) estava atrelado à agenda política dos partidos clandestinos de esquerda, o que explica, em parte, a forte mobilização contra o governo federal e a pequena importância dada aos ganhos salariais.
 - (B) adotou formas independentes do Estado, esteve atento à organização e ampliação de comissões de fábrica, e o eixo mais combativo se deslocou para as empresas públicas para a indústria automobilística.
 - (C) tornou o sindicato, de maneira geral, uma espécie de sociedade para ajuda mútua, que acolhia os sindicalizados em casos de desemprego, doenças ou incapacidade plena para o trabalho.
 - (D) ficou conhecido como o “sindicalismo de resultados”, por efetivar a organização dos sindicalizados apenas para lutas pontuais, como para obter aumentos salariais, sem qualquer debate político.
 - (E) procurou estabelecer acordos com o empresariado mais progressista, ao mesmo tempo em que defendia a manutenção da CLT e do controle do Ministério do Trabalho sobre a organização sindical.
58. O governo detinha a maioria no Congresso Nacional, de modo que era impossível conseguir a aprovação da Emenda Dante de Oliveira sem o apoio de parlamentares governistas. A Campanha das Diretas foi tão impactante que muitas pessoas acreditaram na vitória. Prevendo manifestações que, de fato, ocorreram, o governo decretou a aplicação de “medidas de emergência” em Brasília. Quando a derrota foi confirmada, a TV mostrou a imagem de pessoas chorando pelo Brasil a fora. A proposta foi vencida por uma diferença de apenas 22 votos. A campanha foi derrotada, mas deixou consequências importantes.

(Carlos Fico, *História do Brasil contemporâneo*. Texto adaptado)

Segundo Fico, o *Diretas Já*, do ponto de vista simbólico, marcou a retomada, pelo povo, da bandeira e do hino nacional. Já do ponto de vista político,

- (A) o anseio popular não havia sido conquistado e parlamentares propuseram outra emenda constitucional pelas eleições diretas.
- (B) a atenção popular se dirigiu para as eleições indiretas e partidos oposicionistas questionaram a legalidade do Colégio Eleitoral junto ao STF.
- (C) o apoio de parlamentares governistas à emenda foi marcante, e o governo mandou um projeto de reforma partidária para o Congresso Nacional.
- (D) a emenda quase foi aprovada, havendo a indicação do esgotamento da ordem política vigente e o compromisso da sociedade brasileira com democracia.
- (E) a vitória coube aos apoiadores do governo e as lideranças dos partidos governistas foram agraciadas com importantes cargos na administração pública.

59. Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 repetiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias.

(Boris Fausto, *História do Brasil*)

São preceitos presentes na Carta de 1988:

- (A) o direito à cidadania política plena para os jovens entre 16 e 18 anos, que têm a obrigatoriedade do voto e, ao mesmo tempo, podem disputar um único cargo público: o de vereador.
- (B) o chamado marco temporal para as sociedades indígenas, que determinou que essas sociedades têm direito à terra que ocupavam quando a Constituição de 1988 foi votada e promulgada.
- (C) a faculdade de impetrar mandado de segurança contra autoridade pública para proteger direito líquido estendido aos partidos políticos com representação no Congresso e às organizações sindicais.
- (D) a isenção fiscal plena para as pessoas físicas, maiores 70 anos, que não têm mais a obrigação ao recolhimento do imposto de renda, previdência social ou qualquer outro tributo federal.
- (E) o direito à indenização pecuniária para todos os cidadãos que foram prejudicados, materialmente ou não, por medidas governamentais ou de agentes públicos, entre 1964 e 1985.

60. A inflação chegou a cair, passando de 12,7% em março de 1985, para 7,2% em abril. Mas ela não cederia: diante de problemas diversos, sobretudo na produção agrícola, a inflação chegou a 14% em agosto. Um novo ministro da Fazenda foi nomeado, Dílson Funaro. Ele manteve, por algum tempo, uma abordagem cautelosa, mas a inflação chegaria a 16,2% em janeiro de 1986. Em fevereiro de 1986, o governo Sarney implantou o Plano Cruzado.

(Carlos Fico, *História do Brasil contemporâneo*. Adaptado)

É correto afirmar que o Plano Cruzado, entre outras medidas, estabeleceu

- (A) a criação de uma nova moeda, um abono salarial de 8% e congelamento total de preços, tarifas e serviços.
- (B) a meta inflacionária de 5% ao ano, um imposto compulsório sobre a compra de veículos de passeio e novas regras para a aposentadoria oficial.
- (C) a criação de salários mínimos regionais, a privatização de empresas deficitárias e o congelamento do custo dos combustíveis.
- (D) a diminuição da contribuição dos trabalhadores para a previdência, o aumento salarial para funcionários públicos e a taxa de câmbio flutuante.
- (E) o congelamento de salários, a permissão de greves para servidores públicos e modificações na remuneração da caderneta de poupança.

